

**ACTA**

Aos vinte e um dias do mês de Abril do ano de dois mil e onze, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – António Magalhães da Silva – e Vereadores – Domingos Bragança Salgado, César Manuel de Castro Machado, Amadeu Artur Matos Portilha, Alexandra Parada Barbosa Gesta, José Augusto Ferreira Araújo, José Manuel Fernandes Antunes, Luísa Maria Alves Oliveira, André Guimarães Coelho Lima e José Manuel Torcato Ribeiro. -----

Não compareceu a Vereadora Francisca Maria da Costa Abreu, cuja falta foi considerada justificada. -----

Secretariou a Directora do Departamento de Administração Geral, Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier. -----

Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

----- ANTES DA ORDEM DO DIA -----**-----INTERVENÇÕES-----**

1 – Vereador José Manuel Torcato – Comentou a obra na Rua de Santo António, apelando à Autarquia mais sensibilidade no que toca à respectiva programação, considerando os transtornos que esta intervenção está a causar. **2 – Vereador César Machado** – Deu conhecimento da seguinte informação: “Foi publicado no passado dia 1 de Abril o Decreto-Lei n.º 48/2011, diploma que aprovou a iniciativa denominada "Licenciamento Zero", que se traduz numa simplificação do regime de exercício de diversas actividades económicas, destinada a reduzir os encargos administrativos sobre os cidadãos e as empresas, mediante a eliminação de licenças, autorizações, validações, autenticações, certificações, actos emitidos na sequência de comunicações prévias com prazo, registos e outros actos permissivos,

substituindo-os por um reforço da fiscalização sobre essas actividades. Este diploma aplica-se às seguintes actividades: - estabelecimentos de restauração e bebidas, de comércio de bens, de prestação de serviços ou de armazenagem; - ocupação do espaço público; - mensagens publicitárias; - actividades das agências de venda de bilhetes para espectáculos públicos; - realização de leilões; - horários de funcionamento dos estabelecimentos comerciais. Trata-se de legislação que altera profundamente práticas muito enraizadas e que, grosso modo, se poderiam sintetizar na ideia da substituição do licenciamento prévio pela fiscalização sucessiva. Para análise das alterações que este diploma apresenta e preparação das tarefas a encetar – designadamente a criação dos necessários regulamentos – foi constituída uma equipa de trabalho, com a coordenação do Vereador Signatário, constituída a partir de uma equipa que já existia para proceder à alteração do Regulamento dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos. A este grupo inicialmente constituído pelo Director do Departamento de Fiscalização e Contencioso e Polícia Municipal, Rui Vasco Fernandes, pela Directora do Departamento Recursos humanos, Inês Ribeiro, pela Chefe da Divisão de Fiscalização, Helena Pinto Gomes, pela Chefe da Divisão Administrativa, Elsa Cordeiro de Almeida, e pelo Técnico Superior Jurista – Pedro Mota Prego, foram aditados o Director do Departamento de Gestão Urbanística, Nuno Padrão, o Chefe da Divisão de Trânsito, Espaço Público e Veículos, Rui Castro, a Chefe da Divisão de Modernização Administrativa, Carmo Martins e o adjunto da Vereadora Alexandra Gesta, José Carvalho, em representação da Divisão do Centro Histórico. Este grupo de trabalho já reuniu para analisar o diploma e as principais implicações que ele poderá acarretar para os Serviços Municipais.



Após ponderação cuidada das questões que se colocam na aplicação daquele diploma legal foi entendimento consensual que o Município de Guimarães não deveria entrar na fase experimental de aplicação do diploma. Pelo contrário, foi entendido que é de todo o interesse para a autarquia que se inicie, numa primeira fase, a adaptação dos Regulamentos Municipais a este novo regime jurídico, de forma a que, quando a produção dos efeitos do diploma se aplique a todos os Municípios, os Regulamentos estejam já devidamente aprovados e definidos todos os procedimentos administrativos, o que se prevê que ocorra até ao final do corrente ano. Deste modo, não aderindo o Município de Guimarães à fase experimental de aplicação das normas do Licenciamento Zero, não entrará em vigor, de imediato, qualquer uma dessas normas, mantendo-se em vigor as normas que, até à data, regulavam estas actividades. O grupo de trabalho continuará a trabalhar no propósito de dotar os serviços municipais dos instrumentos necessários à aplicação do Licenciamento Zero até ao final do corrente ano, com o propósito de reduzir, tanto quanto possível, os incómodos e danos que uma mudança tão significativa de padrões de conduta, dos munícipes e da administração, sempre virá a implicar. Entretanto, prosseguem os trabalhos de elaboração da proposta de Regulamento Municipal dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais e Prestações de Serviços, que já inclui a regulamentação dos horários das grandes superfícies comerciais, e que se prevê seja submetida a aprovação do executivo camarário na reunião prevista para o próximo dia 5 de Maio". **3 – Vereador José Manuel Antunes** – Voltou a questionar o Executivo sobre a obra na Rotunda de Mouril (Silvares), lembrando o compromisso decorrente da aprovação da centralidade daquela freguesia. Disse, ainda, que todas as

acessibilidades devem ser concretizadas considerando que o nó de acesso à auto-estrada tem uma concentração exagerada de tráfego, complicando a sua fluidez, já que não existem alternativas. **4 – Presidente da Câmara – a)** – Informou o Vereador José Manuel Torcato Ribeiro que o Director do Departamento de Projectos e Planeamento Urbanístico, Arqt.º Filipe Fontes, estava disponível para lhe dar explicações sobre a realização de trabalho de acompanhamento arqueológico das obras do Toural e Alameda de S. Dâmaso da freguesia de S. Sebastião; **b)** – Sobre as obras de requalificação da Rua de Santo António disse que vai ser adoptada uma alternativa para facilitar o acesso automóvel a esta via. Disse, ainda, reconhecer os prejuízos sentidos pelos comerciantes, adiantando que será implementada uma solução para minimizar os danos, permitindo o acesso pela Rua de Val Donas. **c)** – Sobre a legislação designada por “licenciamento zero” disse que se trata de uma matéria de muita complexidade, e que vai ter repercussões de grande dimensão; **5 – Vereador Domingos Bragança** – Sobre a intervenção do Vereador José Manuel Antunes disse que o projecto de intervenção na rotunda de Mouril, em Silvaes, já foi aprovado pela Estradas de Portugal, pelo que as obras deverão iniciar-se brevemente. ----

-----**INFORMAÇÕES À CÂMARA MUNICIPAL**-----

O Presidente da Câmara deu as seguintes informações: **1** – Deu conhecimento da realização, no passado dia 14 de Abril, na cidade de Compiègne (França) da 3.ª Edição do Parlamento Jovem Europeu, subordinada ao tema “Gastronomia”, com a participação da Escola Santos Simões, que obteve uma prestação bastante positiva e coesa; **2** – Disse que, no âmbito da empreitada de “Requalificação Urbanística da Praça do Toural, Alameda de S. Dâmaso e Rua de Santo António, irá proceder-se ao corte



temporário do abastecimento de água na zona envolvente à Rua de Santo António, Rua Avenida General Humberto Delgado, Rua Capitão Alfredo Guimarães, Alameda da Universidade e Rua Rómulo de Carvalho, entre as 22:00h do dia 26 de Abril e as 08:00h do dia seguinte; **3** – Deu conhecimento que o “Espaço Guimarães”, no âmbito da sua iniciativa natalícia, angariou um valor monetário que ascendeu a €5.000,00, quantia revertida em géneros alimentícios e posteriormente doada à Cooperativa Fraterna; **4** – Deu conhecimento do vandalismo nocturno que deixou rasto de destruição na Colina Sagrada com muitas árvores cortadas, vidros partidos e variados equipamentos danificados em toda a área envolvente ao paço dos Duques de Bragança, Castelo e Igreja de S. Miguel. Acrescentou que também no Centro Histórico se tem verificado distúrbios e actos de vandalismo. **5** – Informou que o Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga deu razão à Câmara Municipal no processo de concurso público para a construção da Plataforma das Artes, considerando que a Autarquia não violou a lei ao excluir a empresa “FDO, SA”. -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **INFORMAÇÕES À CÂMARA MUNICIPAL** -----

I – Do despacho do Vereador Domingos Bragança, datado de 11 de Abril de 2011, que adjudicou o fornecimento de 7.000 toneladas de betão betuminoso ao concorrente “José Moreira Fernandes & Filhos, S.A.”, pelo preço contratual de €296.430,00 + IVA, acrescido de IVA à taxa legal em vigor; **II** – Do despacho do Vereador Domingos Bragança, datado de 12 de Abril de 2011, que concordou com a seguinte informação da Divisão de Património Municipal: **“VENDA EM HASTA PÚBLICA DE METAIS FERROSOS E ALUMÍNIO PARA RECICLAGEM – HASTA PÚBLICA Nº 2/2011 – P. 40/06/2010** – Na sequência das

informações técnicas prestadas pela Divisão de Trânsito Espaço Público e Viaturas, e após tramitação de todo o processo administrativo legal, efectuada por aqueles serviços, foi solicitada a venda de metais ferrosos e alumínio para reciclagem e tratamento, decorrente da sua remoção da via pública e outros, actualmente depositados nos estaleiros e oficinas do Município, localizados em Santo Amaro, freguesia de Candoso Santiago, e Cooperativa Agrícola, freguesia de Creixomil. Assim, submete-se à consideração superior a venda, em hasta pública, do referido material, conforme programa que se anexa, devendo posteriormente ser publicado num dos jornais locais, de maior circulação, e ser dada publicitação nos lugares de estilo da Autarquia e ainda no sítio da Internet do Município, de acesso público. À consideração superior”; **III** – Do despacho do Vereador Domingos Bragança, datado de 14 de Abril de 2011, que aprovou a conta final da obra designada por “**Divisão de Sistemas de Informação e Comunicação e Divisão da Modernização Administrativa e de Qualidade da Câmara Municipal de Guimarães**” de acordo com a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Obras Municipais: “1 -Por despacho do Vereador com poderes subdelegados, Domingos Bragança, datado de 14 de Abril de 2010, Domingos Bragança, datado de 14 de Abril de 2010 foi a empreitada em título adjudicada à empresa “Construções Phaecis, Lda., pelo valor de €214.355,26 + IVA. 2 – O valor final dos trabalhos é de €213.785,36 + IVA. 3 - Constata-se a existência de Trabalhos a Menos no valor de €569,90, correspondentes a 0,27% do valor da adjudicação por não se terem esgotado todas as quantidades previstas nas peças do procedimento. 4 - Assim, fica à consideração superior a aprovação desta conta final no valor de €213.785,36 + IVA, correspondentes



a Auto de Medição no valor de €160.416,51 + IVA e Autos de Revisão Preços no valor de €9.094,01 + IVA, e do Auto final no valor de €14.805,67 + IVA. 5 - Todos os preços dos vários trabalhos que compõem a presente empreitada estão contratualizados. 6 - Se for caso disso, poderão estes montantes ser objecto de revisão, nos termos do art. 1º do DL nº 6/2004, de 6 de Janeiro, logo que se encontrem publicados no Diário da República os respectivos índices definitivos de revisão de preços. 7 - Neste momento não se pode efectuar a Revisão de Preços definitiva, pois ainda não foram publicados os índices definitivos. O valor da Revisão de Preços com índices provisórios é de €0,00. 8 - Para cumprimento do disposto no artº399º do Decreto-Lei 18/08 de 29 de Janeiro foi elaborada a Conta Final dentro do prazo nele estabelecido. 9 - De acordo com o nº1 do artº401º do mesmo diploma, será enviada a Conta Final ao adjudicatário, tendo este um prazo de 15 dias para a assinar ou deduzir sua reclamação fundamentada”; **IV** – Do despacho do Presidente da Câmara, datado de 12 de Abril de 2011, que concordou com a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Obras Municipais: “**1.** Atenta a necessidade de executar a obra de: Muro de Suporte na Travessa de S. Mamede – Azurém, submete-se à consideração superior a presente proposta de decisão de contratar. **2.** Para efeitos de prévia cabimentação da despesa inerente ao contrato a celebrar, estima-se que o respectivo preço contratual não deverá exceder €251.353,50 + IVA, a satisfazer pela dotação 3.3.1.1.01 do Plano Plurianual de Investimentos. **3.** Nos termos da regra geral de escolha do procedimento (prevista no artigo 18.º do Decreto-Lei nº 18/08 de 29 de Janeiro (CCP), alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 278/09 de 2 de Outubro) e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo

adjudicatário com a execução do contrato a celebrar, propõe-se a adopção de um concurso público sem anúncio no JOUE, ao abrigo da alínea b) do artigo 19º do CCP. **4.** Propõe-se ainda a aprovação das peças do procedimento em anexo, das quais se destaca no Programa de Procedimento: Fixação do preço base em €251.353,50 + IVA; Fixação de um prazo de vigência do contrato a celebrar de 90 dias; Opção pelo critério de adjudicação da proposta economicamente mais vantajosa; **5.** Para a condução do procedimento propõe-se a designação do seguinte júri: Efectivos – a) Presidente: José Filipe Tavares de Fontes – Director do Departamento de Projectos e Planeamento Urbanístico; b) Vogal: Maria Fernanda Fernandes Castro – Chefe de Divisão de Empreitadas; c) Vogal – Elsa Maria Ferreira Cordeiro de Almeida – Chefe de Divisão Administrativa. Suplentes – a) Vogal: Joaquim Josias Silva Antunes Almeida de Carvalho – Director do Departamento de Obras Municipais; b) Vogal: Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier – Directora do Departamento de Administração Geral. É designado para secretariar o júri: Silvana Leite Torres Peixoto – A Coordenadora técnica do Departamento de Obras Municipais. **6.** Para aprovação de Erros e Omissões, propõe-se que o júri do procedimento tenha competências para a sua aprovação, desde que não seja alterado o preço base e o prazo de execução”. **V** – Do ofício da Cooperativa Tempo Livre remetendo, para conhecimento, o Relatório de Actividades e Conta de Gerência de 2010, aprovado em Assembleia-Geral de cooperantes realizada no dia 31 de Março de 2011, que se encontra disponível para consulta na Secretaria Geral desta Câmara Municipal; **VI** – Do ofício da Cooperativa A Oficina remetendo, para conhecimento, o Relatório de Actividades e Conta de Gerência de 2010, aprovado em Assembleia-Geral de



cooperantes realizada no dia 30 de Março de 2011, que se encontra disponível para consulta na Secretaria Geral desta Câmara Municipal; **VII** – Do ofício da Cooperativa Turipenha remetendo, para conhecimento, o Relatório de Actividades e Contas de Gerência de 2010, aprovado em Assembleia-Geral de cooperantes realizada no dia 29 de Março de 2011, que se encontra disponível para consulta na Secretaria Geral desta Câmara Municipal; **VIII** – Do ofício da Cooperativa Fraterna remetendo, para conhecimento, a Conta de Gerência e Relatório de Actividades do Exercício de 2010, que se encontra disponível para consulta na Secretaria Geral desta Câmara Municipal; **IX** – Do ofício de Santos Carvalho & Associados, SROC, S.A. remetendo, para efeitos do disposto nos artigos 34.º e 28.º, alínea e) da Lei 53-F/2006, de 29 de Dezembro, informação sobre a situação económica e financeira do período de doze meses findo em 31 de Dezembro de 2010 da CASFIG – Coordenação de Âmbito Social e Financeiro das Habitações do Município de Guimarães, E.E.M., que se anexa, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. -----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

CÂMARA – APROVAÇÃO DA ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL, REALIZADA EM 7 DE ABRIL DE 2011. DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA, tendo sido dispensada a leitura da acta por ter sido entregue a todos os membros do Órgão Executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião. Absteve-se o Vereador Domingos Bragança por não ter estado presente na reunião. -----

CÂMARA – SOCIEDADE “AVEPARK – PARQUE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, S.A.” – DESIGNAÇÃO DE REPRESENTANTE DA CÂMARA NO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO – Presente a

seguinte proposta: "A sociedade Avepark – Parque de Ciência e Tecnologia, SA vem solicitar que a Câmara Municipal proceda à indicação de um administrador da sociedade, com funções de Presidente do Conselho de Administração, em regime de substituição, enquanto durar a ausência do actual Presidente do Conselho de Administração, Professor Manuel José Gomes da Mota, que se prevê ocorra até Julho do corrente ano. Em anexo ao pedido a empresa juntou um ofício da Universidade do Minho no qual o Sr. Reitor sugere a substituição do Professor Manuel José Gomes da Mota pelo Professor Luis Alfredo Martins do Amaral. Nos termos do preceituado no n.º 2 da Cláusula 3.ª do Acordo Parassocial anexo aos Estatutos da Sociedade, a Câmara Municipal de Guimarães indica quatro dos sete membros do Conselho de Administração, incluindo o Presidente. Sendo necessário proceder a essa indicação, proponho que seja designado como **Presidente do Conselho de Administração, em regime de substituição até Julho de 2011**, o Professor Luis Alfredo Martins do Amaral, da Universidade do Minho". **DELIBERADO, POR ESCRUTINIO SECRETO E UNANIMIDADE, APROVAR.** -----

OBRAS PÚBLICAS – ARRANJO URBANÍSTICO DA RUA DE CAMÕES, TRAVESSA DE CAMÕES, RUA DR. BENTO CARDOSO E RUA DA LIBERDADE – CONTA FINAL – Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Obras Municipais: "1 - Por deliberação da Câmara Municipal de Guimarães, datada de 21 de Janeiro de 2010, foi a empreitada em título adjudicada à empresa M. Couto Alves S.A., pelo valor de €764.596,72 + IVA. 2 - O valor final dos trabalhos é de €758.507,78 + IVA. 3 - Existiram trabalhos a menos no valor de 6.088,94 € + IVA por não se executarem as quantidades de trabalho previstas no mapa de quantidades, correspondendo a 0,80% do valor de contrato. 4 - O



valor da Revisão de Preços com índices definitivos é de 0€. 5 - Assim, fica à consideração superior a aprovação desta conta final no valor de €758.507,78 + IVA e do Auto final no valor de €89.791,10 + IVA. 6 - Todos os preços dos vários trabalhos que compõem a presente empreitada estão contratualizados. 7 - Para cumprimento do disposto no artº399º do Decreto-Lei 18/08 de 29 de Janeiro foi elaborada a Conta Final dentro do prazo nele estabelecido. 8 - De acordo com o nº1 do art. 401º do mesmo diploma, foi enviada a Conta Final ao adjudicatário, tendo este um prazo de 15 dias para a assinar ou deduzir sua reclamação fundamentada”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.**

OBRAS PÚBLICAS – PISCINA MUNICIPAL DE MOREIRA DE CÓNEGOS – ERROS E OMISSÕES – Presente a seguinte proposta do Vereador Domingos Bragança: “Por despacho do Sr. Presidente da Câmara de 11 de Abril de 2011, exarado na informação que se anexa, foi aprovada a lista de erros e omissões aceites respeitante ao procedimento do “Piscina Municipal de Moreira de Cónegos”. De acordo com o estabelecido no n.º 5, do art. 61º, do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de Outubro, a lista de erros e omissões deveria ter sido aprovada pelo órgão competente para decisão de contratar, neste caso a Câmara Municipal. Contudo, verificando-se incompatibilidades entre os prazos estabelecidos por aquele diploma legal para a disponibilização da lista de omissões aceites e a periodicidade das reuniões de Câmara, o Senhor Presidente aprovou a respectiva lista. Submete-se, pois, a ratificação do executivo camarário o despacho do Sr. Presidente da Câmara de 11 de Abril de 2011. A mencionada lista dá-se aqui por reproduzida, ficando arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR**

UNANIMIDADE. -----

OBRAS PÚBLICAS – AMPLIAÇÃO DA EB1 E JARDIM DE INFÂNCIA DE BARCO – REPARTIÇÃO DE ENCARGOS –

Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 14 de Abril de 2011, que aprovou a repartição de encargos da obra em epígrafe, de acordo com a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Obras Municipais:

“No Plano Plurianual de Investimentos para o ano de 2011 consta a execução da obra em título, onde foi inscrita a verba de €850.000,00 destinada a suportar a despesa, com a rubrica 2.1.1.2.12. Com vista a ser adjudicada a empreitada à empresa

“Costeira Empreiteiros – Sociedade de Construções, S.A.”

conforme proposto pelo Júri do Procedimento, em 14/04/2011, pelo preço de **€1.288.063,25 + IVA**, e atento o plano de pagamentos da respectiva proposta, sugiro a seguinte repartição de encargos: **Ano de 2011 – €858.946,15 + IVA = €910.482,92;**

Ano de 2012 – €429.117,10 + IVA = €454.864,13.”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

OBRAS PÚBLICAS – AMPLIAÇÃO DA EB1 E JARDIM DE INFÂNCIA DE BARCO – ADJUDICAÇÃO –

Presente, para aprovação, o Relatório Final respeitante ao Concurso Público identificado em epígrafe, em anexo, propondo que a empreitada em epígrafe seja adjudicada ao concorrente **“Costeira Empreiteiros – Sociedade de Construções, S.A.”** pelo preço de **€1.288.063,25 + IVA** para um **prazo de execução de 300 dias**, nos termos previstos no Caderno de Encargos. O Relatório Final dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR**

UNANIMIDADE. -----

OBRAS PÚBLICAS – PAVILHÃO DA EB 2,3 DE FERMENTÕES –



REPARTIÇÃO DE ENCARGOS – Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 15 de Abril de 2011, que aprovou a repartição de encargos da obra em epígrafe, de acordo com a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Obras Municipais: “No Plano Plurianual de Investimentos para o ano de 2011 consta a execução da obra em título, onde foi inscrita a verba de €850.000,00 destinada a suportar a despesa, com a rubrica 2.5.2.35. Com vista a ser adjudicada a empreitada à empresa “N.V.E. – Engenharias, S.A.” conforme proposto pelo Júri do Procedimento, em 15 de Abril de 2011, pelo preço de **€1.257.532,14 + IVA**, e atento o plano de pagamentos da respectiva proposta, sugiro a seguinte repartição de encargos: Ano de 2011 – €928.174,77 + IVA = € 983.865,26; Ano de 2012 – €329.357,37 + IVA = €349.118,81”.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

OBRAS PÚBLICAS – PAVILHÃO DA EB 2,3 DE FERMENTÕES –

ADJUDICAÇÃO – Presente, aprovação, o Relatório Final respeitante ao Concurso Público identificado em epígrafe, em anexo, propondo que a empreitada em epígrafe seja adjudicada ao concorrente “**NVE – Engenharias, S.A.**” pelo preço de **€1.257.532,14 + IVA** para um **prazo de execução de 300 dias**, nos termos previstos no Caderno de Encargos. O Relatório Final dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

OBRAS PÚBLICAS – REABILITAÇÃO DO CAMPO DE SÃO MAMEDE E REQUALIFICAÇÃO URBANÍSTICA DO MONTE LATITO – INFORMAÇÃO PARA INÍCIO DE PROCEDIMENTO –

Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Obras Municipais: “1. Atenta a necessidade de executar a obra de:

Reabilitação do Campo de São Mamede e Requalificação Urbanística do Monte Latito, submete-se à consideração superior a presente proposta de decisão de contratar. 2. Estima-se um preço contratual de €1.401.289,87 + IVA, sendo €651.824,79 + IVA referente à Câmara Municipal de Guimarães a satisfazer pela dotação 2.5.1.23 do Plano Plurianual de Investimentos, e €749.465,08 + IVA referente ao Instituto dos Museus e da Conservação, IP, nos termos do Regulamento do Agrupamento das Entidades Adjudicantes. 3. Nos termos da regra geral de escolha do procedimento prevista no artigo 18.º do Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, alterado e republicado pelo Decreto Lei nº 278/09 de 2 de Outubro (CCP) e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar, propõe-se a adopção de um concurso público sem anúncio no JOUE, ao abrigo da alínea b) do artigo 19º do CCP. 4. Propõe-se ainda a aprovação das peças do procedimento em anexo, das quais se destaca: Fixação do preço base em €1.401.289,87 + IVA; Fixação de um prazo de vigência do contrato a celebrar de 180 dias; Opção pelo critério de adjudicação da proposta economicamente mais vantajosa; **5.** Para a condução do procedimento propõe-se a designação do seguinte júri: Efectivos – a) Presidente: Joaquim Josias Silva Antunes Almeida de Carvalho – Director do Departamento de Obras Municipais da Câmara Municipal de Guimarães; b) Vogal: Luís Marreiros – Técnico Superior do Instituto dos Museus e da Conservação, I.P. c) Vogal – José Filipe Tavares de Fontes – Director do Departamento de Projectos e Planeamento Urbanístico da Câmara Municipal de Guimarães; Suplentes – a) Vogal: Elsa Maria Ferreira Cordeiro de Almeida – Chefe de Divisão Administrativa da Câmara Municipal de Guimarães; b) Vogal:



Maria Fernanda Fernandes Castro – Chefe de Divisão de Empreitadas da Câmara Municipal de Guimarães. É designado para secretariar o júri: Silvana Leite Torres Peixoto – A Coordenadora técnica do Departamento de Obras Municipais da Câmara Municipal de Guimarães; **6.** Para aprovação de Erros e Omissões, propõe-se que o júri do procedimento tenha competências para a sua aprovação, desde que não seja alterado o preço base e o prazo de execução.” O caderno de encargos e o programa de procedimento dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – PROPOSTA PARA ABERTURA – CONCURSO PÚBLICO N.º 4/11 – Presente a seguinte informação do Departamento Financeiro: “Ao abrigo do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, a Câmara Municipal autorizou em 16 de Dezembro de 2010, o pedido de parecer prévio para a prestação de serviços abaixo designada. Submete-se para aprovação superior, o programa de concurso e o caderno de encargos, anexos, a repartição de encargos e a abertura do presente procedimento, para ulterior aprovação pela Assembleia Municipal, de acordo com o disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho e nos seguintes termos: **Bem ou serviço:** Prestação de serviços – Desenvolvimento de um conjunto de trabalhos de coordenação, investigação e design, inerentes à operação de regeneração urbana em curso na área central da cidade de Guimarães. **Preço base:** 295.000,00€ + IVA (23%). **Repartição de encargos:** - Ano 2011: 147.500,00€; - Ano 2012: 147.500,00€. **Classificação económica:** 020220. **Plano:** 3.2.1.08 A. **Procedimento:** Propõe-se a adopção do

concurso público, previsto na alínea b), n.º 1, artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos e a respectiva aprovação do Júri abaixo mencionado. **Entidade competente para adjudicar:** Município de Guimarães. **Júri: Efectivos: Presidente** – Anabela Moreira Lima, Directora do Departamento Financeiro; **Vogais:** Elsa Maria Ferreira Cordeiro Almeida, Chefe da Divisão Administrativa; - Filipe Fontes, Director do Departamento de Projectos e Planeamento Urbanístico; **Vogais Suplentes:** - Artur Corte Real, Chefe da Divisão de Estudos e Projectos; - Carla Alexandra Castro, Técnica Superior. Nas suas faltas e impedimentos a Presidente do Júri é substituída pela Vogal efectiva Elsa Maria Ferreira Cordeiro.

Propõe-se que os esclarecimentos, as rectificações de erros ou omissões e as prorrogações de prazos, sejam delegados no Júri do concurso. À consideração superior”. O programa de procedimento e o caderno de encargos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de actas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO – PORTAL GUIMARÃES PARTICIPATIVA – Presente a seguinte informação da Divisão de Relações Públicas e Turismo:

“**1. Objecto:** Concepção, Desenvolvimento e Implementação do Portal Guimarães Participativa. **2. Considerandos:** A execução das tarefas associadas aos serviços que se pretendem contratar requer conhecimentos e formação especializados e experiência em engenharia informática; De acordo com informação da Divisão de Sistemas de Informação não existe possibilidade de satisfazer a necessidade de pessoal para este efeito com recurso ao actual quadro de pessoal nem com recurso a recrutamento em tempo útil; Trata-se de realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica



de emprego público. **3. Proposta:** Submete-se à consideração superior que, ao abrigo do art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, a Câmara Municipal autorize a celebração do contrato de aquisição de serviços, considerando os seguintes elementos: a) O objecto do contrato é a concepção, desenvolvimento e implementação do Portal Guimarães Participativa. b) A despesa estima-se em €65.376,95, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. c) A despesa tem cabimento orçamental nas rubricas 1.1.1.02 e a 1.1.1.06, correspondente ao ano de 2011. d) O procedimento de formação do contrato deve ser mediante ajuste directo à empresa WireMaze, porque se pretende evoluir com um conjunto de novas funcionalidades, sendo essencial garantir a compatibilidade e articulação com a plataforma existente, somente possível através da integração com as soluções actuais da responsabilidade desta empresa. e) Mais se informa que não existe relação ou participação entre a contraparte e ex-colaboradores do órgão ou serviço, bem como do respectivo cônjuge, algum parente ou afim em linha recta ou até ao 2º grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem viva em economia comum. f) Finalmente, informa-se que foi aplicada a redução remuneratória prevista no art. 19º da Lei nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro, conforme documento em anexo”.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----
CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE PARA AS SEGUINTE EMPREITADAS: “REQUALIFICAÇÃO DO PAVILHÃO DO INATEL”; “REQUALIFICAÇÃO E BENEFICIAÇÃO DE PAVILHÕES GIMNODESPORTIVOS”; “VEIGA DE CREIXOMIL – CAMINHO

VARIANTE E CAMINHO REAL – CREIXOMIL”; “PISCINA MUNICIPAL DE MOREIRA DE CÓNEGOS”; “DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS – SALGUEIRAL”; “INFRA-ESTRUTURAS NO LUGAR DE PINHEIRAL DA FONTINHEIRA – CANDOSO S. MARTINHO” – Presente a seguinte informação da Chefe da Divisão de Empreitadas: **“1. Objecto:** Contratação dos serviços de Coordenação de Segurança e Saúde para as empreitadas referidas em epígrafe, dando cumprimento ao artigo 17.º do Decreto-Lei 273/2003. **2. Considerandos:** A execução das tarefas associadas aos serviços que se pretendem contratar requerem conhecimentos, formação especializados e experiência em Sistemas de Gestão de Coordenação de Segurança e Saúde para a fase de obra e legislação correlacionada; De acordo com informação do Departamento de Recursos Humanos não existe possibilidade de satisfazer a necessidade de pessoal para este efeito com recurso ao actual quadro de pessoal nem com recurso a recrutamento em tempo útil; Trata-se de realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. **3. Proposta:** Submete-se à consideração superior que, ao abrigo do art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, a Câmara Municipal autorize a celebração do contrato de prestação de serviços de Coordenação de Segurança e Saúde para as empreitadas referidas em epígrafe, considerando os seguintes elementos: a) O objecto do contrato é a prestação de serviços de Coordenação de Segurança e Saúde para a fase de obra, das empreitadas supracitadas, cumprindo com as obrigações do Dono de Obra referida no artigo 17.º do Decreto-Lei 273/2003. b) A despesa total, considerando para o tempo estimado de duração de



cada obra, será de 17.250€ acrescido de IVA à taxa legal em vigor, subdividindo-se em 1.500€ para a obra "Requalificação do Pavilhão do INATEL"; 2.250€ para a obra "Requalificação e Beneficiação de Pavilhões Gimnodesportivos"; 4.500€ para a obra "Veiga de Creixomil – Caminho Variante e Caminho Real – Creixomil"; 3.000€ para a obra "Piscina Municipal de Moreira de Cónegos"; 3.750€ para a obra "Drenagem de Águas Pluviais – Salgueiral"; 2.250€ para a obra "Infra-estruturas no Lugar de Pinheiral da Fontinheira – Candoso S. Martinho", acrescido de IVA à taxa legal em vigor. c) A despesa tem cabimento orçamental nas seguintes rubricas do PPI (Plano Plurianual de Investimentos) correspondentes ao ano de 2011: Requalificação do Pavilhão do INATEL – 2.5.2.34; Requalificação e Beneficiação de Pavilhões Gimnodesportivos – 2.5.2.12; Veiga de Creixomil – Caminho Variante e Caminho Real – Creixomil – 2.4.6.28; Piscina Municipal de Moreira de Cónegos – 2.5.2.0801; Drenagem de Águas Pluviais – Salgueiral – 3.3.1.1.01; Infra-estruturas no Lugar de Pinheiral da Fontinheira – Candoso S. Martinho – 2.4.1.02. d) O procedimento de formação do contrato deve ser mediante ajuste directo, com consulta a pelo menos 3 entidades, de acordo com o artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro – Código dos Contratos Públicos". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO – CONSULTADORIA JURÍDICA – Presente a seguinte informação da Chefe da Divisão Administrativa: "1. Objecto: Contratação de prestação de serviços de consultoria jurídica, na modalidade de avença, para representação judicial e extrajudicial em procedimentos de diversas áreas do Direito. 2. Considerandos: A Câmara Municipal de Guimarães vem mantendo com a

Sociedade de Advogados Gama Lobo Xavier, Luis Teixeira e Melo e Associados um contrato de prestação de serviços, na modalidade de avença. Esse contrato corresponde, por natureza dos serviços, a três áreas distintas da actividade jurídica e judicial, parte das quais não constava no contrato inicial, sendo, posteriormente, aditada. Essas três áreas são fundamentalmente as seguintes: a) Representação judicial e extrajudicial em procedimentos e processos no âmbito do direito criminal e do direito disciplinar; b) Representação judicial e extrajudicial em procedimentos e processos relativos ao direito administrativo, ao direito civil e à contratação pública de bens e serviços; c) Representação judicial e extrajudicial em procedimentos e processos no âmbito do direito fiscal, dos registos e do notariado. Tem-se revelado, pelas pessoas a quem somos encaminhados, que cada uma dessas áreas está adstrita a advogados distintos: a referida sob a alínea a) aos Srs. Drs. Rui Teixeira e Melo e Luis Filipe Teixeira e Melo; a referida sob a al. b) aos Srs. Drs. Luis Teixeira e Melo e Francisco Gama Lobo; a referida sob a al. c) aos Srs. Drs. Gonçalo Gama Lobo, Hugo Costa e Silva e Margarida Machado. Aquando da celebração do contrato inicial e, posteriormente, do seu aditamento, por conveniência recíproca, uma vez que seria preferível a outorga de um único documento em vez de três contratos distintos, adoptou-se a solução de celebrar um único contrato do qual constassem as referidas grandes áreas de actividade, pese embora mais adequado fosse, por melhor corresponder à realidade, que se tivessem celebrado três contratos distintos. A prática utilizada mostrou-se inadequada e impossível de seguir, face ao que veio a ser disposto pelos artigos 19.º e 22.º da Lei do Orçamento de Estado, aprovado pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro. No decurso, por outro lado, da execução do contrato em vigor, a



referida Sociedade de Advogados tem vindo a manifestar algum desconforto por entender que a remuneração global dos seus serviços é inferior à que seria devida, atenta a circunstância da sua natureza, pelos critérios do Conselho Superior da Ordem dos Advogados. Tudo ponderado, e tendo-se verificado a concordância da Sociedade de Advogados, foi decidido colocar termo do contrato em vigor e celebrar três novos contratos distintos, com efeitos a partir do dia 1 de Abril, em correspondência com aquelas três áreas de serviços, e pelos valores de €1.000,00, €1.000,00 e €400,00, respectivamente. A execução das tarefas associadas aos serviços que se pretende contratar requer conhecimentos e formação especializados e experiência em Advocacia, nas diversas áreas do Direito a que acima se fez referência. Não foi consultado o Departamento de Recursos Humanos, tendo em conta que nenhum técnico jurista que ocupa posto de trabalho no mapa de pessoal pode exercer Advocacia. Trata-se de realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. **3. Proposta:** Submete-se à consideração superior que, ao abrigo do art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, a Câmara Municipal autorize a celebração dos seguintes contratos de prestação de serviços, na modalidade de avença, considerando os seguintes elementos: a) O objecto dos contratos é a contratação de três prestações de serviços de consultadoria jurídica, na modalidade de avença, para representação judicial e extrajudicial em procedimentos de diversas áreas do Direito, com a Sociedade de Advogados Gama Lobo Xavier, Luis Teixeira e Melo e Associados, RL, da seguinte forma: - celebração de contrato com os Srs. Drs. Rui Teixeira e Melo e Luis Filipe Teixeira e Melo,

daquela Sociedade, para representação judicial e extrajudicial em procedimentos e processos no âmbito do direito criminal e do direito disciplinar, a que correspondem os honorários de €1.000,00 mensais; - celebração de contrato com os Srs. Drs. Luis Teixeira e Melo e Francisco Gama Lobo, daquela Sociedade, para representação judicial e extrajudicial em procedimentos e processos relativos ao direito administrativo, ao direito civil e à contratação pública, a que correspondem os honorários de €1.000,00 mensais; - e celebração de contrato com os Srs. Drs. Gonçalo Gama Lobo, Hugo Costa e Silva e Margarida Machado, daquela Sociedade, para representação judicial e extrajudicial em procedimentos e processos no âmbito do direito fiscal, dos registos e do notariado, a que correspondem os honorários de €400,00 mensais; Estes contratos terão a duração de um ano, com possibilidade de renovação, nos termos da lei. b) As despesas anuais estimam-se em €12,000,00, €12.000,00 e €4,800,00, respectivamente, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. c) A despesa tem cabimento orçamental na rubrica 02.02.14, correspondente ao ano de 2011. d) O procedimento de formação dos contratos deve ser o ajuste directo, nos termos da alínea b), do n.º 1, do art.º 27.º, do Código dos Contratos Públicos, tendo em conta os conhecimentos, competência técnica e experiência profissional comprovados, bem como a prontidão e a disponibilidade sempre demonstradas. e) Mais se informa que não existe relação ou participação entre a contraparte e ex-colaboradores do órgão ou serviço, bem como do respectivo cônjuge, algum parente ou afim em linha recta ou até ao 2º grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem viva em economia comum. f) Finalmente, informa-se que foi respeitado o determinado pelo artigo 19.º, da Lei nº 55-A/2010, de 31 de



Dezembro". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. ----**

PESSOAL – PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA A CARREIRA E CATEGORIA DE TÉCNICO SUPERIOR – GESTÃO DA QUALIDADE – Presente a seguinte proposta do Vereador José Augusto Araújo: "No âmbito das necessidades reportadas nos termos da informação prestada pela Directora do Departamento de Administração Geral, que mereceu a concordância do Senhor Presidente, propõe-se a abertura do procedimento concursal para contratação por tempo indeterminado de um posto de trabalho da carreira e categoria de técnico superior (área da gestão da qualidade). O posto de trabalho indicado na citada informação estava previsto no mapa de pessoal aprovado pela Assembleia Municipal em 21 de Dezembro de 2009, como necessidade permanente. O procedimento concursal foi aberto por aviso publicado em Diário da República, 2ª Série, nº 94, de 14 de Maio de 2010 e demais publicações a que se refere o nº 1 do art. 19º da Portaria nº 83-A/2009, de 22 de Janeiro, tendo o mesmo ficado deserto face à não aprovação de qualquer dos candidatos. A presente proposta fundamenta-se na manifesta insuficiência de trabalhadores para a realização das actividades inerentes ao posto em causa, constante da informação supra referida, e à consequente impossibilidade de resposta adequada do serviço. Dado que existe verba orçamental disponível, proponho a abertura do solicitado procedimento concursal, dando cumprimento ao disposto na Lei nº 12-A/2010, de 30 de Junho e LOE/2011; Mais se informa que, atendendo ao disposto no artigo 4º do Decreto-Lei nº 209/2009 de 3 de Setembro em conjugação com o nº 2 do artigo 6º da Lei nº 12-A/2008 de 11 de Setembro, a decisão de promoção de recrutamento para ocupação de postos trabalho, previstos no mapa de pessoal, carece de aprovação do órgão

executivo do Município. Mais se propõe, atenta a invocada urgência, que, caso não seja possível a ocupação dos postos através deste procedimento concursal, nem por recurso a pessoal colocado em situação de mobilidade especial ou a outros instrumentos de mobilidade, seja autorizado o recrutamento excepcional previsto no n.º 2 do art. 10.º da Lei n.º 12-A/2010, ou seja, a abertura de procedimento a candidatos que não possuam uma relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente constituída". **DELIBERADO**

APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

PATRIMÓNIO – REVOGAÇÃO DE DELIBERAÇÃO REFERENTE À AQUISIÇÃO AMIGÁVEL DA PARCELA 2, DESTINADA A AMPLIAÇÃO DO LOGRADOURO DA ESCOLA EB1 DO PINHEIRAL, FREGUESIA DE CALDELAS – PROCº 40/12/78 –

Presente a seguinte informação da Divisão de Património Municipal: "Em reunião camarária de 15 de Julho de 2010, foi deliberado adquirir a Luís Miguel Araújo Marques da Silva e outros, uma parcela de terreno com 228 m2, para ampliar o logradouro da escola acima indicada. Recentemente, foram entregues os documentos necessários à completa instrução do processo, pelos proprietários, mas em simultâneo estes vieram colocar questões relativas a um poço, sistema de rega, um anexo e vedação da parcela, condicionando a outorga da escritura ao completo esclarecimento das questões por si colocadas. Atendendo a que apenas a vedação estava salvaguardada no projecto da obra e considerando que o anexo estava inserido no valor da indemnização, restava esclarecer a questão do poço e do sistema de rega. Porém e face a uma possível demora no desenlace das questões colocadas, solicitou-se ao DOM e este serviço por seu turno pediu informações ao projectista e à Divisão de Educação,



sobre a possibilidade de não se vir a adquirir a parcela e consequências de tal solução para a conclusão da obra projectada. Perante a resposta dos vários serviços consultados, e tendo sido possível a adaptação do projecto respectivo, verifica-se agora poder-se prescindir da parcela em causa. Nesta sequência, foram os proprietários notificados da intenção de desistência da aquisição da parcela. No prazo conferido para se pronunciar, os proprietários nada disseram, pelo que se propõe a revogação da deliberação camarária tomada em 15 de Julho de 2010, referente à aquisição nos termos do artigo 11º do Código das Expropriações, de uma parcela de terreno com a área de 228m², designada por parcela 2, destinada à ampliação da Escola EB1 do Pinheiral, freguesia de Caldelas, dado tal parcela ser prescindível, para a concretização do projecto de ampliação da escola". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

REGULAMENTO DAS FEIRAS RETALHISTAS DO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES REFERENTE ÀS FEIRAS DE SELHO S. JORGE, CALDAS DAS TAIPAS, BRITO E S. TORCATO – Presente a seguinte proposta do Vereador Amadeu Portilha: "O Decreto-Lei – n.º 42/2008, de 10 de Março, veio regulamentar o novo regime jurídico a que fica sujeita a actividade de comércio a retalho não sedentário exercida por feirantes, dispondo ainda quanto ao regime aplicável aos recintos e feiras onde a mesma se realiza. Com a publicação e a entrada em vigor deste diploma legal, foi revogado o Decreto-lei n.º 252/86, de 25 de Agosto, que constituía a base legal do Regulamento Municipal de Actividade de Comércio a Retalho (Feira Retalhista de Guimarães), aprovado a 10 de Maio de 2004. Assim, a Câmara Municipal publicou a 3 de Janeiro de 2011 o Regulamento das Feiras Retalhistas do Município de Guimarães. Tendo em conta a experiência adquirida,

entendemos ser curial que as Juntas de Freguesia continuassem a assumir a gestão das feiras realizadas na sua Freguesia, numa lógica de proximidade com os equipamentos, utilizadores e utentes. Assim, foi protocolado a 6 de Janeiro com as Juntas de Freguesia de Selho S. Jorge, Caldelas, Brito, e S. Torcato, a gestão desses espaços, sendo da responsabilidade do Município a elaboração do Regulamento dessas mesmas Feiras, tendo como base adaptá-lo ao Regulamento publicado a 3 de Janeiro. Deste modo submete-se à consideração superior a aprovação, pela Câmara Municipal e posterior aprovação pela Assembleia Municipal, do Regulamento das Feiras Retalhistas do Município de Guimarães referente às Feiras realizadas nas Freguesia de Caldelas, Selho S. Jorge, Brito e S. Torcato. Os referidos regulamentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

ACÇÃO SOCIAL – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS – RATIFICAÇÃO DOS APOIOS CONCEDIDOS POR CONTA DO FUNDO DE MANEIO – Presente a seguinte informação da Divisão de Acção Social: “Por deliberação de 13 de Janeiro de 2011 a Câmara Municipal aprovou a constituição de um Fundo de Maneio destinado a acorrer, com oportunidade, ao pagamento com carácter de urgência, dos apoios a conceder no âmbito da alínea a) do artigo 2º do Regulamento Municipal nº 8/2009 de 8 de Janeiro para Atribuição de Apoios a Estratos Sociais Desfavorecidos, alterado e ratificado em 25 de Setembro de 2009. Importa, assim, submeter a ratificação, os apoios entretanto concedidos por conta deste Fundo de Maneio, conforme constam do mapa em anexo”. A referida informação dá-



se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

COLABORAÇÃO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL E A ENTIDADE ORGANIZADORA DO CONCOURS MONDIAL DE BRUXELLES (CONCURSO MUNDIAL DE BRUXELAS) – Presente a seguinte proposta: "A Câmara Municipal de Guimarães foi contactada pela entidade que organiza o Concours Mondial de Bruxelles (Concurso Mundial de Bruxelas), um dos maiores eventos vinícolas do mundo, para receber, na cidade de Guimarães, a edição deste evento no ano de 2012, que ocorrerá entre os dias 30 de Abril e 6 de Maio de 2012, integrada nos eventos da Capital Europeia da Cultura 2012. Para esse efeito, é proposta uma parceria entre ambas as entidades ficando da responsabilidade da Câmara Municipal a cedência do Pavilhão Multiusos, e de todo o material logístico a utilizar naquele espaço, bem como a oferta de um jantar de recepção dos convidados do evento. A apresentação deste evento decorrerá no próximo dia 8 de Maio, no Luxemburgo, onde estarão presentes um representante da comissão organizadora, um representante da Fundação Cidade de Guimarães e o representante da Câmara Municipal, para apresentar a cidade de Guimarães como cidade acolhedora do Concours Mondial de Bruxelles 2012. Considerando o interesse deste evento para a cidade de Guimarães no âmbito da Capital Europeia da Cultura 2012, com o qual se pretende promover a programação da Capital da Cultura, a gastronomia e os vinhos do Norte de Portugal e do País, proponho que, ao abrigo do disposto na al. b) do n.º 4 do art.º 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal aprove esta parceria, bem como os apoios que com ela serão assumidos, e que se traduzem

na cedência do pavilhão Multiusos, e de todo o material logístico, bem como a oferta de um jantar de recepção dos convidados do evento”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

DESPORTO – MAIOR AULA DE JUDO EM GUIMARÃES –

Presente para ratificação o despacho do Presidente da Câmara, datado de 13 de Abril de 2011, que aprovou a seguinte proposta: “A Associação Escola de Judo Nuno Delgado, entidade sem fins lucrativos que tem por finalidade a promoção e organização de actividades físicas e desportivas, com objectivos lúdicos, formativos, representada pelo Atleta Olímpico Nuno Delgado, pretende realizar na região Norte o projecto intitulado a “Maior Aula de Judo do Mundo”, cuja apresentação se anexa, tendo elegido Guimarães para este efeito, para o que contactou a Câmara Municipal. Após reunião realizada no passado dia 21 de Março, entre o promotor do evento, a Câmara Municipal e a Cooperativa Tempo Livre, com o objectivo de celebrar uma parceria para a realização da iniciativa a formalizar mediante Protocolo de Cooperação, foram propostas as seguintes acções: Tendo em vista a maior divulgação possível, seria realizada uma Conferência de Imprensa para lançar a iniciativa, no próximo dia 13 de Abril, às 15:30, com assinatura do Protocolo e com a presença do IPJ, do IDP e da CONFAP; Tendo em conta que a iniciativa tem também como objectivo realizar blocos de Judo como um programa cívico e desportivo nas escolas, enaltecendo e valorizando os valores de cidadania, será programado um conjunto de aulas nas Escolas EB1, EB2/3 e Secundárias do Concelho, bem como em instituições locais a definir. A Câmara Municipal concederia apoio na divulgação da iniciativa nos diversos meios de comunicação (site, newsletter e Facebook), bem como nos órgãos de comunicação social, entre outros, como a rede social, para



além da cedência de espaços para colocação de Muppies produzidos pelos próprios. A iniciativa tem também por objectivo o lançamento de uma campanha de angariação de fundos para aquisição de equipamento de judo destinado a 2880 crianças e jovens em situação de risco, a apresentar na referida conferência de imprensa. Os contributos para esta campanha podem revestir diversos tipos, sendo que um deles consistirá na colocação de uma banca de publicidade que estará colocada no Espaço Guimarães, entre os dias 25 e 30 de Abril. O evento culminará no dia 30 de Abril, às 15:00 horas, em que durante 2 horas se realizará um conjunto de actividades, onde, para além da Aula de Judo, se entregará simbolicamente o Cheque do contributo da comunidade de Guimarães para a campanha de angariação de fundos. Para esta actividade a Câmara Municipal concederia apoio logístico com a disponibilização de som e um palco de 6x6 metros. Neste sentido, coloco à consideração a presente proposta, remetendo o protocolo de cooperação proposto que define as responsabilidades de cada uma das partes para a co-organização do evento." O protocolo de colaboração dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO**

APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

TOPONÍMIA – ADITAMENTO À TOPONÍMIA DA FREGUESIA DE AZURÉM

– Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: "Na sequência da proposta da Junta de Freguesia de Azurém, submete-se à aprovação pelo executivo camarário, nos termos da alínea v), do n.º 1, do art.º 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a denominação de Travessa do Pombal para o arruamento localizado entre a rua com o mesmo nome e a Alameda Dr. Alfredo Pimenta."

A planta toponímica dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

TRANSPORTES – LIGAÇÃO DOS TRANSPORTES PÚBLICOS – TUG – AO MERCADO MUNICIPAL – Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 28 de Março de 2011, que concordou com a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: “Por forma a garantir a acessibilidade dos consumidores ao Mercado Municipal, designadamente pela manutenção da tarifa especial gratuita nas ligações Largo Valentim Moreira de Sá – Mercado Municipal e sentido inverso, e considerando o fim do período inicial da concessão dos TUG até 28 de Fevereiro de 2011, submete-se à consideração superior a comparticipação do município pelo serviço prestado até aquela data, no valor de €100,00 por semana. Mais se informa que aquando da prorrogação do contrato da concessão por um período adicional de cinco anos, este serviço foi integrado, não incorrendo a partir de Março do corrente ano qualquer despesa”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

TRANSPORTES – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO DA EB1 DE ARRAU – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 31 de Março de 2011, que disponibilizou, à Associação de Pais e Encarregados de Educação da EB1 de Arrau, Nespereira, o transporte, em autocarro, dos alunos da EB1/JI de Arrau à cidade, nos dias 11 e 20 de Abril. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

TRANSPORTES – AGRUPAMENTO DE CENTROS DE SAÚDE AVE II – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Serviços Urbanos e



Ambiente: "A Direcção Executiva do Agrupamento de Centros de Saúde Ave II – Guimarães/Vizela solicitou a colaboração do Município através da cedência de dois autocarros para os dias 23, 24 e 26 de Maio, para efectuar o transporte dos alunos dos agrupamentos de escolas do concelho de Guimarães ao Pavilhão Multiusos. Assim, considerando que se tratam de deslocações no desenvolvimento do PASSE – programa de Alimentação Saudável em saúde Escolar e não haver inconveniente para os serviços a disponibilização das viaturas, submete-se à aprovação do executivo camarário o transporte solicitado." **DELIBERADO**

APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

TRANSPORTES – FRATERNA – CENTRO COMUNITÁRIO DE SOLIDARIEDADE E INTEGRAÇÃO SOCIAL – CEDÊNCIA DE

AUTOCARRO – Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: "A Fraterna – Centro Comunitário de Solidariedade e Integração Social solicitou a colaboração do Município através da cedência de uma viatura para apoio à actividade de passeios seniores, que se realizam nos dias 5 e 26 de Maio a Fátima e 16 de Junho a Santiago de Compostela. Considerando os objectivos prosseguidos pela Fraterna e o apoio concedido em anteriores actividades e não haver inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, submete-se à aprovação do executivo camarário o transporte solicitado, bem como o pagamento de ajudas de custo e trabalho extraordinário ao motorista." **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

TRANSPORTES – ESCOLA EB1 SALGUEIRAL – CEDÊNCIA DE

AUTOCARRO – Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: "A Escola EB1 Salgueiral solicitou a colaboração do Município através da cedência

de dois autocarros para efectuar o transporte dos alunos no dia 1 de Junho à Montanha da Penha. Considerando que se trata de uma deslocação inserida nas comemorações do Dia Mundial da Criança e no Plano de Actividades a desenvolver pela escola e não haver inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, submete-se à aprovação do executivo camarário o transporte solicitado.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

TRANSPORTES – SERVIÇOS SOCIAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: “As Serviços Sociais da Administração Pública solicitaram a colaboração do Município através da cedência de um autocarro para o dia 7 de Julho para efectuar o transporte dos participantes no Turno de Férias Sénior, que irá decorrer em Guimarães de 4 a 11 de Julho. Considerando que no programa inclui visitas pelos locais de maior interesse turístico e cultural e que se trata de uma oportunidade de divulgação do nosso concelho e não haver inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, submete-se à aprovação do executivo camarário o transporte solicitado.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

TRANSPORTES – CASFIG – ENTIDADE EMPRESARIAL MUNICIPAL – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: “A CASFIG – Entidade Empresarial Municipal solicitou a colaboração do Município através da cedência de um autocarro para o dia 30 de Julho para efectuar o transporte das famílias residentes nos empreendimentos de habitação social pertencentes ao Município de Guimarães à Serra do Gerês e ao



São Bento da Porta Aberta. Assim, considerando os objectivos prosseguidos pela empresa municipal e os apoios concedidos em anteriores actividades e não haver inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, submete-se à aprovação do executivo camarário o transporte solicitado, bem como o pagamento de trabalho extraordinário a motorista a designar.”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

SUBSÍDIOS – CENTRO CONDENSE DE APOIO SOCIAL –

Presente a seguinte proposta: “O Centro Condense de Apoio Social iniciou um processo para a edificação na freguesia de Conde de um equipamento com as valências de Centro de Dia, Lar, e apoio domiciliário. Neste momento está em curso a elaboração do projecto de arquitectura das futuras instalações, cujos encargos se elevam a €60.000,00 (sessenta mil euros), elemento fundamental para integrar a candidatura a apresentar aos apoios do Instituto de Segurança Social. Considerando que a Câmara tem vindo a apoiar a edificação destes equipamentos em vários pontos do Concelho e que se justifica a sua localização na freguesia de Conde, proponho que seja concedido, ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 1 do artigo 5º do Regulamento de Apoio a Instituições de Solidariedade Social, um subsídio de €8.000,00 (oito mil euros) destinado a apoiar os encargos suportados com a elaboração do projecto das futuras instalações do Centro Condense de Apoio Social, ficando porém desde já estabelecido que o subsídio agora atribuído será considerado quando forem solicitados apoios para o pagamento de taxas de licenciamento e para a sua construção, de forma a que a dotação total a atribuir não exceda os montantes atribuídos em equipamentos similares”. A despesa tem cabimento na unidade orgânica 07 e na económica 08.07.01. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

SUBSÍDIOS – CENTRO SOCIAL GUARDIZELA – DOAÇÃO DE EQUIPAMENTO DE COZINHA – Proc. Nº. 40/15/2002 –

Presente a seguinte informação da Divisão do Património Municipal: “Na sequência das obras de ampliação e requalificação da EB1/JI de Guardizela Monte, o Centro Social de Guardizela disponibilizou as suas instalações para o funcionamento provisório do estabelecimento de ensino enquanto decorressem as referidas obras. Uma vez concluídas as intervenções no edifício escolar e dispondo a EB1/JI de novos equipamentos, o Centro Social de Guardizela solicitou a cedência do antigo equipamento de cozinha, que entretanto deixou de ser utilizado pela escola primária. De acordo com informação prestada pelo Serviço de Educação, não há qualquer inconveniente no deferimento da pretensão do Centro Social. Desta forma, submete-se à consideração superior a doação ao Centro Social de Guardizela, do equipamento melhor identificado na tabela abaixo, ao abrigo do disposto na alínea b), n.º 4, do artigo 64º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. ---

DESIGNAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Arca Frigorífica.	€50,00	€50,00
Armário Frigorífico estrutura em inox.	€150,00	€150,00
Fritadeira a gás estrutura em inox.	€50,00	€50,00
Fogão a gás estrutura em inox com 4 bicos e 1 forno.	€183,00	€183,00
Hotte estrutura em inox.	€187,00	€187,00
Peladora de batatas.	€90,00	€90,00
2 Carrinhos de transporte de tabuleiros.	€45,00	€90,00
Modulo ST5.	€90,00	€90,00
Máquina lava-loiça estrutura em inox.	€75,00	€75,00
Varinha mágica industrial.	€385,00	€385,00
Moinho industrial com tripé.	€30,00	€30,00
Bancada de lavagem com 2 pias, prateleira inferior estrutura em inox.	€25,00	€25,00
Mesa de apoio com 3 gavetas, 2 prateleiras, estrutura em inox.	€60,00	€60,00
Escaparate com 2 prateleiras, estrutura em inox	€30,00	€30,00
Escaparate com 2 prateleiras estrutura em inox	€15,00	€15,00
TOTAL		€1.510,00



À consideração superior". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

SUBSÍDIOS – PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO COM O GRUPO FOLCLÓRICO DE CONDE S. MARTINHO – Presente a

seguinte proposta: "Na reunião da Câmara Municipal de 10 de Março último, foi deliberado estabelecer protocolos de colaboração com os grupos folclóricos do Concelho, havendo uma distinção entre os montantes a atribuir aos grupos federados e aos grupos não federados. O Grupo Folclórico de Conde S. Martinho foi incluído na lista dos não federados quando desde 22 de Maio de 2010, em acto testemunhado pela Câmara Municipal, assinou um compromisso de honra com a Federação de Folclore Português passando a integrar os grupos nela federados. Nesse sentido, venho propor a alteração da deliberação relativa ao Grupo Folclórico de Conde S. Martinho devendo o protocolo de colaboração a estabelecer prever o apoio de €800,00 (oitocentos euros) como foi deliberado relativamente aos grupos federados." Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07 e na unidade económica 04.07.01. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

SUBSÍDIOS – CENTRO DE CULTURA E DESPORTO DOS TRABALHADORES DO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES – AQUISIÇÃO DE MONTAGEM DE AUTO-RÁDIO – Presente, para

ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 22 de Março de 2011, que autorizou a aquisição e montagem de um auto-rádio na viatura de transporte colectivo de passageiros do Centro de Cultura e Desporto dos Trabalhadores do Município de Guimarães, de matrícula 87-77-XI, em virtude de se encontrar avariado e em fim de vida, atendendo a que a referida viatura é administrada pelos serviços municipais em dias úteis, ao abrigo do

protocolo celebrado em 9 de Fevereiro de 1995. O valor do equipamento em causa importa em €1.000,00 (mil euros). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 05 e na unidade económica 02.01.15. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE BRITO – FESTA DE NATAL – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS – Presente um ofício da Junta de Freguesia de Brito solicitando um apoio destinado a custear as despesas com a ligação à rede de iluminação pública das ornamentações da Festa de Natal, realizada entre os passados dias 17 de Dezembro de 2010 e 7 de Janeiro de 2011. Propõe-se a atribuição de um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações da referida Festa, no valor de €201,92 (duzentos e um euros e noventa e dois cêntimos). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

SUBSÍDIOS – AGRUPAMENTO N.º 331 DO CORPO NACIONAL DE ESCUTAS – VIA-SACRA – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS – Presente a seguinte proposta: “O Agrupamento nº 331 do Corpo Nacional de Escutas de S. Dâmaso promove a realização de uma Via-Sacra no Campo de S. Mamede no dia 16 de Abril, tendo solicitado apoio municipal para os encargos com o consumo de energia eléctrica estimados em €130,00 (cento e trinta euros). Considerando a participação popular no acompanhamento da Via-sacra e a sua tradição na cidade, deferi a pretensão a qual coloco à ratificação da Câmara Municipal, ao abrigo do nº6 do artigo 2º do Regulamento de atribuição de subsídios às entidades culturais, artísticas, recreativas e humanitárias de Guimarães”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----



CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES

ACTA Nº 9 Fls. _____
REUNIÃO ORDINÁRIA DE 21 DE ABRIL DE 2011

**A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE
APROVAR A ACTA EM MINUTA. -----
PELAS ONZE HORAS E DEZ MINUTOS O PRESIDENTE DA
CÂMARA DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA
CONSTAR, SE LAVROU A PRESENTE ACTA. -----**